



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

# **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 395, DE 2005**

**(Do Sr.Vander Loubet e outros)**

Dispõe sobre a contribuição de melhoria, acrescentando § 3º ao art. 145 da Constituição Federal.

**DESPACHO:**

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

## **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É acrescentado ao art. 145 da Constituição Federal o seguinte § 3º:

“Art. 145 .....  
.....

§ 3º É imune da contribuição de melhoria:

- a) o proprietário de um único imóvel, cujo valor venal, adotado como base de cálculo do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana ou do ITR - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural, não exceda quinze mil reais;
- b) o ex-combatente da FEB – Força Expedicionária Brasileira, que tenha participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial;
- c) o proprietário de imóvel residencial, cuja família esteja inserida em cadastro de programas sociais”.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A contribuição de melhoria, prevista no inciso III do art. 145 da Constituição Federal, é exação que onera o proprietário de imóvel, em decorrência de obra pública.

Essa exação pode resultar em grande injustiça, quando o proprietário do imóvel não tiver condições financeiras para suportá-la.

Os defensores da contribuição de melhoria alegam que o proprietário do imóvel obtém ganho de capital, quando há valorização do imóvel em decorrência de obra pública.

No entanto, é preciso que se tenha em mente que o eventual ganho do proprietário somente surgirá na hipótese de o imóvel vir a ser alienado. Na generalidade dos casos, com a alienação do imóvel, o proprietário provavelmente

obterá um ganho de capital superior ao que teria, se não tivesse havido a obra pública. Recorde-se que, na hipótese de alienação com ganho de capital, haverá incidência do Imposto de Renda.

Nos casos em que o proprietário não queira ou não possa alienar o imóvel, a obra pública não lhe traz ganho de capital. Nessas hipóteses, a contribuição de melhoria será uma exação que pesará fortemente sobre o patrimônio do proprietário do imóvel.

Há situações onde o peso da incidência da contribuição de melhoria poderá revelar grande perversidade.

O objetivo da presente proposição é contemplar maior justiça social na aplicação da contribuição de melhoria, resguardando pessoas que não teriam como pagar essa exação, salvo alienando sua propriedade.

Por isso, a presente Proposta de Emenda à Constituição proíbe a incidência da contribuição de melhoria, relativamente ao proprietário de um único imóvel, cujo valor não exceda quinze mil reais, ao ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira, e ao proprietário de imóvel residencial, cuja família esteja inserida em cadastro de programas sociais.

Em face da relevância da matéria e dos nobres princípios de justiça social que inspiram a presente proposição, estou certo de que ela contará com o apoio de meus ilustres Pares no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 2 005.

Deputado VANDER LOUBET

**Proposição:** PEC-395/2005

**Autor:** VANDER LOUBET E OUTROS

**Data de Apresentação:** 04/05/2005 16:06:00

**Ementa:** Dispõe sobre a contribuição de melhoria, acrescentando § 3º ao art. 145 da Constituição Federal.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Total de Assinaturas:**

Confirmadas:172

Não Conferem:18

Fora do Exercício:1

Repetidas:19

Ilegíveis:0

Retiradas:0

**Assinaturas Confirmadas**

- 1-ALBERTO FRAGA (S.PART.-DF)
  - 2-ALCESTE ALMEIDA (PMDB-RR)
  - 3-ALCEU COLLARES (PDT-RS)
  - 4-ALEXANDRE SANTOS (PMDB-RJ)
  - 5-ALMEIDA DE JESUS (PL-CE)
  - 6-ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB-RJ)
  - 7-AMAURI GASQUES (PL-SP)
  - 8-ANDRÉ DE PAULA (PFL-PE)
  - 9-ANÍBAL GOMES (PMDB-CE)
  - 10-ANTONIO CAMBRAIA (PSDB-CE)
  - 11-ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS)
  - 12-ANTONIO CRUZ (PP-MS)
  - 13-ARNON BEZERRA (PTB-CE)
  - 14-AUGUSTO NARDES (PP-RS)
  - 15-BABÁ (S.PART.-PA)
  - 16-BARBOSA NETO (PSB-GO)
  - 17-BENEDITO DE LIRA (PP-AL)
  - 18-BENJAMIN MARANHÃO (PMDB-PB)
  - 19-BERNARDO ARISTON (PMDB-RJ)
  - 20-BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS)
  - 21-CABO JÚLIO (PMDB-MG)
  - 22-CARLOS EDUARDO CADOCA (PMDB-PE)
  - 23-CARLOS NADER (PL-RJ)
  - 24-CARLOS WILLIAN (PMDB-MG)
  - 25-CELSO RUSSOMANNO (PP-SP)
  - 26-CHICO ALENCAR (PT-RJ)
-

27-CORAUCI SOBRINHO (PFL-SP)  
28-CORIOLOANO SALES (PFL-BA)  
29-DARCI COELHO (PP-TO)  
30-DAVI ALCOLUMBRE (PFL-AP)  
31-DELEY (PMDB-RJ)  
32-DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)  
33-DILCEU SPERAFICO (PP-PR)  
34-DIMAS RAMALHO (PPS-SP)  
35-DR. FRANCISCO GONÇALVES (PTB-MG)  
36-DR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA)  
37-DRA. CLAIR (PT-PR)  
38-DURVAL ORLATO (PT-SP)  
39-EDINHO MONTEMOR (PL-SP)  
40-EDNA MACEDO (PTB-SP)  
41-EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG)  
42-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)  
43-ELAINE COSTA (PTB-RJ)  
44-ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA-SP)  
45-ELISEU PADILHA (PMDB-RS)  
46-ELISEU RESENDE (PFL-MG)  
47-ENÉAS (PRONA-SP)  
48-ENIO TATICO (PL-GO)  
49-ÉRICO RIBEIRO (PP-RS)  
50-FÉLIX MENDONÇA (PFL-BA)  
51-FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA)  
52-FERNANDO DINIZ (PMDB-MG)  
53-FERNANDO FERRO (PT-PE)  
54-FEU ROSA (PP-ES)  
55-FRANCISCO GARCIA (PP-AM)  
56-FRANCISCO TURRA (PP-RS)  
57-GERVÁSIO OLIVEIRA (PMDB-AP)  
58-GIACOBO (PL-PR)  
59-GILBERTO NASCIMENTO (PMDB-SP)  
60-GONZAGA MOTA (PSDB-CE)  
61-GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)  
62-HELENILDO RIBEIRO (-)  
63-HÉLIO ESTEVES (PT-AP)  
64-ILDEU ARAUJO (PP-SP)  
65-INALDO LEITÃO (PL-PB)  
66-IRINY LOPES (PT-ES)  
67-ISAÍAS SILVESTRE (PSB-MG)  
68-IVAN VALENTE (PT-SP)  
69-IVO JOSÉ (PT-MG)  
70-JACKSON BARRETO (PTB-SE)  
71-JAIME MARTINS (PL-MG)  
72-JAIR BOLSONARO (PP-RJ)

---

73-JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ)  
74-JEFFERSON CAMPOS (PMDB-SP)  
75-JOÃO CAMPOS (PSDB-GO)  
76-JOÃO LEÃO (PL-BA)  
77-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)  
78-JOÃO MAGNO (PT-MG)  
79-JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP)  
80-JONIVAL LUCAS JUNIOR (PTB-BA)  
81-JORGE BOEIRA (PT-SC)  
82-JORGE PINHEIRO (PL-DF)  
83-JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PFL-BA)  
84-JOSÉ LINHARES (PP-CE)  
85-JOSÉ MILITÃO (PTB-MG)  
86-JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (PTB-PE)  
87-JOSÉ PRIANTE (PMDB-PA)  
88-JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)  
89-JOSUÉ BENGTON (PTB-PA)  
90-JÚLIO CESAR (PFL-PI)  
91-JÚLIO DELGADO (PPS-MG)  
92-LAURA CARNEIRO (PFL-RJ)  
93-LEODEGAR TISCOSKI (PP-SC)  
94-LEONARDO MATTOS (PV-MG)  
95-LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)  
96-LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ)  
97-LINCOLN PORTELA (PL-MG)  
98-LUCIANO LEITOA (PSB-MA)  
99-LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO)  
100-LUIZ CARREIRA (PFL-BA)  
101-LUIZ PIAUHYLINO (PDT-PE)  
102-MANATO (PDT-ES)  
103-MANINHA (PT-DF)  
104-MARCELINO FRAGA (PMDB-ES)  
105-MARCELO CASTRO (PMDB-PI)  
106-MARCELO GUIMARÃES FILHO (PFL-BA)  
107-MARCONDES GADELHA (PTB-PB)  
108-MARCOS DE JESUS (PL-PE)  
109-MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PL-MG)  
110-MÁRIO NEGROMONTE (PP-BA)  
111-MAURÍCIO RANDS (PT-PE)  
112-MAURO BENEVIDES (PMDB-CE)  
113-MAURO LOPES (PMDB-MG)  
114-MEDEIROS (PL-SP)  
115-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)  
116-MILTON CARDIAS (PTB-RS)  
117-MORAES SOUZA (PMDB-PI)  
118-MUSSA DEMES (PFL-PI)

---

- 119-NÉLIO DIAS (PP-RN)
  - 120-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)
  - 121-NELSON MEURER (PP-PR)
  - 122-NELSON TRAD (PMDB-MS)
  - 123-NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)
  - 124-NEYDE APARECIDA (PT-GO)
  - 125-NILSON PINTO (PSDB-PA)
  - 126-NILTON BAIANO (PP-ES)
  - 127-NILTON CAPIXABA (PTB-RO)
  - 128-ODAIR CUNHA (PT-MG)
  - 129-ODÍLIO BALBINOTTI (PMDB-PR)
  - 130-ORLANDO DESCONSI (PT-RS)
  - 131-OSMÂNIO PEREIRA (PTB-MG)
  - 132-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)
  - 133-OSVALDO BIOLCHI (PMDB-RS)
  - 134-OSVALDO REIS (PMDB-TO)
  - 135-PAES LANDIM (PTB-PI)
  - 136-PASTOR AMARILDO (PMDB-TO)
  - 137-PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB-RR)
  - 138-PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB-CE)
  - 139-PAUDERNEY AVELINO (PFL-AM)
  - 140-PAULO BALTAZAR (PSB-RJ)
  - 141-PAULO BAUER (PFL-SC)
  - 142-PAULO FEIJÓ (PSDB-RJ)
  - 143-PAULO GOUVÊA (PL-RS)
  - 144-PAULO MAGALHÃES (PFL-BA)
  - 145-PEDRO NOVAIS (PMDB-MA)
  - 146-RAFAEL GUERRA (PSDB-MG)
  - 147-REGINALDO GERMANO (PP-BA)
  - 148-REINALDO BETÃO (PL-RJ)
  - 149-RICARDO IZAR (PTB-SP)
  - 150-ROBÉRIO NUNES (PFL-BA)
  - 151-ROBERTO FREIRE (PPS-PE)
  - 152-ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ)
  - 153-ROMEL ANIZIO (PP-MG)
  - 154-RONIVON SANTIAGO (PP-AC)
  - 155-ROSE DE FREITAS (PMDB-ES)
  - 156-RUBINELLI (PT-SP)
  - 157-SANDES JÚNIOR (PP-GO)
  - 158-SANDRO MATOS (PTB-RJ)
  - 159-SIGMARINGA SEIXAS (PT-DF)
  - 160-SILVIO TORRES (PSDB-SP)
  - 161-SIMÃO SESSIM (PP-RJ)
  - 162-TEREZINHA FERNANDES (PT-MA)
  - 163-VANDER LOUBET (PT-MS)
  - 164-VICENTINHO (PT-SP)
-

165-VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG)  
166-VITORASSI (PT-PR)  
167-VITTORIO MEDIOLI (PV-MG)  
168-WALTER PINHEIRO (PT-BA)  
169-WELLINGTON ROBERTO (PL-PB)  
170-ZARATTINI (PT-SP)  
171-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)  
172-ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA)

**Assinaturas que Não Conferem**

1-ADÃO PRETTO (PT-RS)  
2-ADEMIR CAMILO (PL-MG)  
3-AGNALDO MUNIZ (PP-RO)  
4-CARLOS DUNGA (PTB-PB)  
5-COLBERT MARTINS (PPS-BA)  
6-DR. HELENO (PMDB-RJ)  
7-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)  
8-FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)  
9-HENRIQUE AFONSO (PT-AC)  
10-JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PL-MG)  
11-JOSIAS GOMES (PT-BA)  
12-MARCELO BARBIERI (PMDB-SP)  
13-MORONI TORGAN (PFL-CE)  
14-NELSON BORNIER (PMDB-RJ)  
15-PAULO RUBEM SANTIAGO (PT-PE)  
16-REGINALDO LOPES (PT-MG)  
17-SÉRGIO CAIADO (PP-GO)  
18-WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)

**Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício**

1-LINO ROSSI (-)

**Assinaturas Repetidas**

1-AUGUSTO NARDES (PP-RS)  
2-DAVI ALCOLUMBRE (PFL-AP)  
3-DR. RIBAMAR ALVES (PSB-MA)  
4-DURVAL ORLATO (PT-SP)  
5-ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA-SP)  
6-FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA)  
7-FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)  
8-FRANCISCO TURRA (PP-RS)  
9-JEFFERSON CAMPOS (PMDB-SP)  
10-LEONARDO MATTOS (PV-MG)  
11-MAURÍCIO RANDS (PT-PE)  
12-MORAES SOUZA (PMDB-PI)  
13-MORONI TORGAN (PFL-CE)  
14-NELSON MEURER (PP-PR)  
15-PAES LANDIM (PTB-PI)  
16-PEDRO NOVAIS (PMDB-MA)



17-ROBÉRIO NUNES (PFL-BA)  
18-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)

<b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b>
--

**CONSTITUIÇÃO  
DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988**

.....

**TÍTULO VI  
DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO**

**CAPÍTULO I  
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

**Seção I  
Dos Princípios Gerais**

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

Art. 146. Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

*\* Alínea d acrescida pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

Parágrafo único. A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:

*\* Parágrafo único, caput, acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

I - será opcional para o contribuinte;

*\* Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

II - poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;

*\* Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

III - o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;

*\* Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

IV - a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.

*\* Inciso IV acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 19/12/2003.*

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------